



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2021.0000878757**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1012494-23.2016.8.26.0161, da Comarca de Diadema, em que são apelantes JOSÉ VIEIRA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA) e MARIA DAS GRAÇAS DE ARAÚJO (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados ALEXANDRE PIRCHIO e ERON NILTON FRANCA DOS SANTOS (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FABIO TABOSA (Presidente sem voto), MÁRIO DACCACHE E JAYME DE OLIVEIRA.

São Paulo, 27 de outubro de 2021.

**CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**VOTO N° 19.413**

**APELAÇÃO N° 1012494-23.2016.8.26.0161**

**COMARCA: DIADEMA (4ª VARA CÍVEL)**

**APELANTES: JOSÉ VIEIRA DA SILVA e MARIA DAS GRAÇAS DE ARAÚJO**

**APELADOS: ALEXANDRE PIRCHIO e ERON NILTON FRANCA DOS SANTOS**

**JUIZ DE PRIMEIRO GRAU: RAFAEL BRAGAGNOLO TAKEJIMA**

RESPONSABILIDADE CIVIL - Acidente de trânsito - Colisão entre motocicleta e automóvel - Ação de indenização por danos morais proposta pelos genitores da vítima fatal contra o condutor do automóvel e dois dos anteriores proprietários - Sentença de improcedência - Apelo dos autores - Culpa do réu não demonstrada - Indenização inexigível - Sentença mantida - Apelação desprovida

A sentença de fls. 339/341, cujo relatório é adotado, julgou extinto o processo sem resolução do mérito em relação ao réu Alexandre Pirchio com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, a improcedente em relação ao corréu Eron Nilton França dos Santos.

Apelam os autores (fls. 345/350) alegando em preliminar que deve ser invalidado depoimento de testemunha contraditada Luiz Carlos Lopes Coimbra, amigo íntimo do corréu Alexandre. No mérito, afirmam que *“houve equívoco na distribuição do ônus probatório (...) era ônus do réu provar que não concorreu para o sinistro, especialmente porque omitiu socorro e evadiu-se do local. Essas circunstâncias evidenciam que o réu deu causa ao acidente, o que impõe a condenação ao pagamento de indenização por dano moral, sendo que, in casu, o dano moral configurado é puro - danum in re ipsa -, prescindindo de qualquer prova a respeito da ocorrência do prejuízo concreto, pois este se presume conforme as mais elementares regras da experiência comum”*.

O recurso foi regularmente processado e respondido (fls. 354/361 e 364/365).

É o relatório.

Os apelantes propuseram contra Márcia Ramos Senne Ribeiro Zwarg ação de indenização por danos morais decorrentes de acidente de trânsito, tendo relatado na petição inicial que *“A requerida é causadora de grave acidente de trânsito ocorrido em 21.11.13, que culminou com a morte do filho dos autores, Sr. Diogo Araújo da Silva, que à época, contava com 23 anos de idade, conforme se verifica da cópia do Boletim de Ocorrência e Certidão Óbito ora acostados. O falecido Diogo Araújo da Silva estava na garupa da motocicleta HONDA CG 150 Fan, placa FDP1914, RENAVAM 577229710, 2013/2014, cor preta, que era por Victor Guilhermino do Nascimento (que também é vítima no acidente em questão), e, às 01h21, aproximadamente, quando trafegavam pela Avenida Piraporinha, na altura da esquina com a Avenida Antônio Dias Adorno, foram abalroados pela*

*requerida, que conduzia o veículo MERCEDES BENZ, A 160, placas KOJ 4348 de Diadema – SP, ano 1999, cor vermelha. As vítimas eram amigos e moravam próximos um do outro (Victor mora na residência de nº. 160 e o falecido Diogo morava com os pais (ora autores) no nº. 315). De acordo com o que se recorda Victor (já que teve trauma crânio encefálico), trafegavam pela Av. Piraporinha em direção à Paróquia de Bom Jesus de Piraporinha, e a ré avançou para fazer a conversão e cruzar a Avenida Piraporinha, vindo a colidir com as vítimas (...) Diogo, filho do outros autores, ficou estendido no chão gravemente ferido, vindo a falecer posteriormente em 28 de janeiro de 2014”.*

Com fundamento no mesmo fato, Victor Guilhermino do Nascimento, condutor da motocicleta, também propôs ação contra os mesmos réus, processo nº 1012492-53.2016.8.26.0161, em apenso.

Com a inicial foi apresentada cópia do inquérito policial instaurado para apuração dos fatos (fls. 36/127).

Em momento posterior, a peça inaugural foi aditada, com requerimento da inclusão de Alexandre Pirchio e de Eron Nilton França no polo passivo.

A ré Márcia Ramos Senne Ribeiro Zwarg apresentou contestação arguindo preliminar de ilegitimidade passiva em razão de o automóvel ter sido por ela vendido em 20 de julho de 2012 e, portanto, antes do acidente (fls. 139/148).

Também contestando a ação, o réu Alexandre Pirchio arguiu preliminar de ilegitimidade passiva sob o mesmo fundamento (fls. 221/233).

O réu Eron Nilton França dos Santos foi defendido por curador especial, que apresentou contestação por negativa geral (fl. 254).

A decisão de fls. 263/264 acolheu as preliminares de ilegitimidade passiva e julgou o feito extinto sem resolução de mérito nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, condenando os autores ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa para cada parte e determinando o prosseguimento do feito apenas em relação ao réu Eron Nilton França dos Santos.

Tal decisão foi objeto dos agravos de instrumento 2110932-60.2019.8.26.0000 e 2111070-27.2019.8.26.0000, providos em parte para afastar a extinção do processo em relação ao corréu Alexandre Pirchio, mantida, porém, a exclusão da corré Márcia Ramos Senne Ribeiro Zwarg.

O réu Alexandre prestou depoimento pessoal

afirmando que vendeu o veículo para Luiz Carlos Coimbra, seu amigo pessoal, que ia pegar esse carro para revender, que demorou alguns dias para passar o veículo para o nome do terceiro comprador (Eron) e que nesse interim ocorreu o acidente. Declarou também que não se recorda da data exata da venda e que esteve na Delegacia de Polícia com Luiz Carlos Coimbra, que assumiu ter atuado na revenda do veículo para Eron. Informou ainda que não se recorda como foi a forma de pagamento e que Luiz Carlos não queria o veículo, mas iria repassá-lo a Eron.

A testemunha Luiz Carlos Lopes Coimbra foi contraditada por amizade íntima, sendo a objeção afastada em razão de a testemunha ter afirmado ser colega de trabalho/negócios e nunca ter frequentado a casa do corréu ou conhecido sua família.

Declarou Luiz Carlos que Alexandre repassou um carro a ele como pagamento de alguns cheques trocados, mas não era de seu interesse ficar com o carro, e que logo o transferiu a Eron, mas não se recorda a data. Disse também que Alexandre “acabou não passando” o documento para transferência do veículo e que conhecia Eron por ter antes revendido outros carros a ele.

Após a audiência de instrução sobreveio a sentença de improcedência e de extinção do processo quanto ao corréu Alexandre Pirchio.

O afastamento da contradita da testemunha Luiz foi corretamente decretado, considerando que a própria testemunha declarou em audiência que a relação entre ele e o corréu Alexandre não ultrapassou a esfera negocial, não havendo prova de convivência íntima ou familiar entre ambos.

Além disso, o depoimento da testemunha, ratificando o quanto já esclarecido perante a autoridade policial (fl. 236) demonstrou que na data do acidente o veículo já havia sido alienado ao corréu Eron Nilton.

Eron prestou declarações nos autos do inquérito afirmando, quanto à dinâmica do acidente, que transitava com o veículo pela Avenida Piraporinha e parou no semáforo para ingressar na Rua Antonio Dias Adorno, que “*que abriu o sinal e o declarante avançou; que uma motocicleta com dois motociclistas que trafegavam pela Avenida Piraporinha vinham do sentido centro- bairro de Diadema, avançou o sinal vermelho em alta velocidade e bateu na lateral do veículo do declarante e caíram logo em seguida; que o declarante acreditou que dado a velocidade que desenvolviam o motociclista eles estavam em fuga*” (fl. 237 em apenso).

O inquérito policial nº 0011187-22.2014.8.26.0161 foi arquivado em 26 de abril de 2018, de acordo com extrato de andamento obtido na página do Tribunal de Justiça.

A análise das provas constantes dos autos não permite atribuir ao réu Eron Nilton França dos Santos a culpa pelo acidente.

Como bem sintetizado pelo magistrado prolator da sentença, *“O autor atribui o acidente de trânsito ao réu. Assevera que o condutor teria atravessado cruzamento, sem respeitar a preferencial da motocicleta conduzida por ele.*

*Ocorre que, ao cabo da instrução, não há prova satisfatória da culpa do réu pelo sinistro.*

*Deveras, a desfavorecer o requerido, há apenas a circunstância de ter se evadido do local.*

*O autor, em sede policial, afirmou que não se recordava de nada (fls. 75).*

*O requerido ERON, em sede policial, esclareceu que a motocicleta "avançou o sinal vermelho em alta velocidade e bateu na lateral do (seu) veículo e caíram logo em seguida (...) acreditou que dada a velocidade que desenvolviam o motociclista eles estavam em fuga (...) deixou o local temeroso" (fls. 267).*

*Em juízo, o autor nada produziu a fim de atestar a culpa do requerido pelo acidente.*

*De se convir que a parte requerente não se desincumbiu do ônus de comprovar o fato constitutivo de seu direito, a luz do art.373, inciso I, do Código de Processo Civil.*

*Em outras palavras, não há prova segura da culpa do réu pelo sinistro. Sem demonstração da culpa, não se deflagra a responsabilidade civil, nos termos do art.927, do Código Civil.*

*Diante desse quadro, a ação é mesmo improcedente em relação ao requerido ERON NILTON”.*

Os elementos de convicção de que se dispõe, assim, não autorizam concluir estar caracterizada a hipótese de culpa do réu, o que exclui a exigibilidade da indenização pleiteada pelos autores.

Na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil (*“O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento”*), fica majorada a verba honorária devida aos advogados dos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

apelados, de 10% (dez por cento) para 15% (quinze por cento) do valor atualizado da causa, observada a gratuidade judicial.

Ante o exposto, o voto é no sentido de se negar provimento à apelação.

CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN

Relator